



**Fundação Ensino e Cultura
“Fernando Pessoa”**

**Relatório de Gestão
2019**

**FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA
“FERNANDO PESSOA”
RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais, apresentamos o Relatório de Gestão da **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA “FERNANDO PESSOA”**, contribuinte número 502 057 602, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

De acordo com os seus estatutos, a Fundação, instituída em 1988, para a promoção do ensino e da cultura, para o desenvolvimento e a gestão de instituições de ensino superior e para o fomento da investigação científica, fundamental e aplicada, fins que realiza através da Universidade Fernando Pessoa (UFP), alargou a sua atividade, a partir de Janeiro de 2013 com a abertura do seu Hospital-Escola (HE), à prestação de cuidados de saúde, primários, secundários e terciários, com internamento e em ambulatório.

A Fundação, através da UFP, assume a sua missão de interesse público, legalmente reconhecido, e de responsabilidade social, de contribuir para o incremento da cidadania e para o enriquecimento humano da sociedade em que está inserida, pelos serviços que lhe presta, tendo a ética individual e organizacional como um imperativo moral, e o conhecimento e competência técnica dos seus recursos humanos como garantia de uma gestão rigorosa, empenhada na sustentabilidade ecológica, na empregabilidade dos seus diplomados e na internacionalização e competitividade das formações que disponibiliza. Através do HE, a Fundação tem vindo a diferenciar-se também na promoção e na educação para a saúde e na prestação de cuidados na doença, numa lógica assistencial manifestamente pedagógica, alicerçada na humanidade dos prestadores e na humanização dos serviços.

A apresentação do relatório anual, para além de constituir um momento de balanço do trabalho desenvolvido, principalmente na vertente económico-financeira, permite, simultaneamente, fazer uma reflexão sobre os pontos vulneráveis da nossa Fundação, o que obriga a assumir atitudes de mudança, criadoras de motivação e de confiança, para a realização de novos projetos.

Os princípios enunciados orientam a cultura da gestão da Fundação e das suas principais unidades, a UFP e o HE, interpretada com rigor pelo seu Conselho de Administração constituído por:

- ◆ Salvato Vila Verde Pires Trigo – Presidente
- ◆ Maria Manuela Guedes Rombert Soares Trigo – Vice-Presidente
- ◆ Nadine Stella Rombert Trigo – Secretária

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa, acreditamos que o sucesso exige o empenho e dedicação de toda a comunidade pessoana.

O nosso foco na sustentabilidade faz parte da nossa identidade, e não temos dúvidas do nosso sucesso futuro.

No ano passado, iniciei esta mensagem afirmando que não é fácil lidar e ultrapassar os obstáculos ideológicos regulamentares com que nos deparamos, mas continuaremos apesar disso a prosseguir a política de qualidade formativa que distingue a nossa Universidade e as políticas de prestação de cuidados que tem vindo a afirmar o nosso HE.

O nosso sucesso resulta do contributo de todos, os que se dedicaram com lealdade e entusiasmo às tarefas administrativas, técnicas, pedagógico-científico ou de atendimento e prestação de cuidados de saúde, na UFP e no HE tornando-se, por isso, merecedores de agradecimento pela sua dedicação e profissionalismo

O presidente do conselho de administração (CA) continua a acreditar que a modernização e o desenvolvimento do país dependerão, cada vez mais, de governos que entendam que só uma iniciativa privada, criativamente empreendedora, dinâmica, ousada, com cultura de risco e inteligência para o controlar, com consciência moral e ética da responsabilidade cívica que lhe cabe, pode sustentar o Estado social inclusivo de todos os cidadãos, sejam empregadores ou empregados, funcionários públicos ou profissionais liberais, membros de órgãos de soberania ou de instituições confessionais. Atacar a iniciativa privada e ver nela empecilho à realização do Estado social, do Estado de bem-fazer, do Estado provedor e regulador, afinal do Estado de direito

constitucional, é confundir a universalidade dos conceitos com a particularidade das ideias, é não servir o Estado, mas servir-se do Estado.

Uma palavra de reconhecimento merecem também os pais e os alunos, nacionais e internacionais.

A confiança sentimo-la também nos pacientes que, completados que estão sete anos de funcionamento do HE, têm sublinhado a distinção e humanização dos seus espaços, e a competência técnica e humana dos seus profissionais.

1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

Enquadramento internacional:

Em 2019, a atividade económica global registou um abrandamento para os 2,9%, em relação aos 3,6% registado no ano de 2018. Este abrandamento económico foi provocado tanto pela evolução dos países desenvolvidos (2,2% para 1,7%), como pela evolução dos países em desenvolvimento (4,5% para 3,7%).

Para 2020 e 2021, e até à data, esperava-se uma recuperação ligeira do crescimento global para valores de 3,3% e 3,4%, respetivamente, em muito apoiado na recuperação dos países emergentes. Contudo, é de notar que as estimativas de crescimento económico apresentadas pelo FMI não têm em conta os impactos provocados pelo vírus COVID-19 (“Coronavírus”).

Os principais riscos identificados e que poderão mexer com as estimativas estão relacionados com:

- Alastrar do Covid-19, com potenciais impactos nos fluxos turísticos, fluxos de investimento direto e nas cadeias de produção globais;
- Tensões políticas, militares e económicas, nomeadamente envolvendo os EUA (disputa comercial EUR vs. China, disputa militar EUA vs. Irão);
- Fricções económicas e comerciais entre outros países (por exemplo, como resultado das negociações do Brexit).

Enquadramento nacional:

Em termos macroeconómicos, 2019 foi mais um ano positivo para Portugal. A economia portuguesa registou um crescimento positivo nos últimos 25 trimestres (desde o 4º trimestre de 2013), ultrapassando largamente o período de crise financeira e económica vivida durante os anos de 2011 e 2012. Neste último ano, a economia portuguesa cresceu 2,0% (estimativa do Banco de Portugal), registando níveis baixos de desemprego e de défice. Há vários anos que a economia apresenta indicadores económicos positivos para os quais têm contribuído a evolução positiva do investimento privado e das exportações, assim como da confiança dos consumidores e do clima económico (em Portugal e na Europa).

Como é do conhecimento geral, o mundo confronta-se atualmente com a pandemia da doença Covid-19 surgida em 2020 e com os seus enormes e dramáticos efeitos sociais e económicos. O colapso da economia, que afeta todas as empresas e trabalhadores, permanece indeterminado e não permite às empresas prever todas as consequências económicas nem calcular com precisão aceitável o impacto financeiro sobre a sua atividade.

Com estas limitações, e, tal como se refere no anexo, procedemos a uma avaliação geral dos efeitos registados e previsíveis sobre a atividade da empresa, designadamente sobre o volume de negócios, a estrutura de gastos e o emprego, e, para atenuar os danos esperados, recorreremos ao regime de "Layoff" simplificado nos termos do Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de Março, durante os meses de Abril, Maio e Junho de 2020, para o ajustamento do quadro de pessoal, foram concedidas as moratórias bancárias e ponderamos ainda obter empréstimo ao abrigo da linha bonificada COVID.

Em conformidade com a avaliação global efetuada, as medidas em curso, e atendendo à situação económica e financeira da Entidade ao seu historial e à vontade dos seus Administradores, concluímos que a continuidade operacional da instituição pressuposto em que são apresentadas as contas de 2019, está salvaguardada no curto / médio prazo.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

A atividade da Fundação, nas suas duas vertentes de ensino superior, através da UFP, e de prestação de cuidados de saúde, através do HE, continuou, no ano de 2019, a ser influenciada por uma conjuntura nacional, politicamente pouco favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada, olhada por alguns atores políticos e, infelizmente, também por alguns reguladores, como indesejável naqueles dois sectores económicos. Não obstante, nas duas áreas de atuação, o Ensino e a Saúde, a FFP teve um crescimento na ordem de 3%, relativamente a 2018, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais que atingiram os € 34.907.128,28.

O EBITDA atingiu os € 1 971 905,65 e a margem EBITDA foi de 5,65%. Este desempenho reflecte o crescimento dos níveis de rentabilidade da FFP, continuando a garantir-nos não só o cumprimento do programa da amortização do investimento realizado como a construção, equipamento e funcionamento do HE mas também a libertação, cada vez mais, de fundos, para melhor a realizarmos a máxima essencial da genuína fundação que somos: aqui não se remunera capital; outrossim, remuneram-se o trabalho e o mérito.

Dadas as incertezas sobre a evolução da pandemia da Covid-19, nomeadamente a duração do estado de emergência, calamidade e a atual tentativa de regresso à normalidade e o início da retoma da economia, e os constrangimentos que não permitem previsões e estimativas de médio e longo prazos seguras, os seus efeitos serão objeto de reavaliação contínua a fim de se poderem tomar as medidas mais adequadas, para se manter a exploração no melhor nível possível, e preparar a retoma com garantir de futuro.

2.1. UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O ano letivo de 2018-2019 foi, marcado pela entrada em vigor de mais uma alteração no regime jurídico de graus académicos e de diplomas, que introduziu novas e insensatas exigências no funcionamento e na capacidade de oferta formativa das universidades privadas, em especial, para a atribuição do grau de doutor. Na verdade, a publicação do Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto, quinta alteração àquele regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, veio introduzir, no sistema

de atribuição de graus académicos, mais uma tutela, a da Fundação da Ciência e Tecnologia, na medida em que torna dependente a atribuição do grau de doutor da existência de centros de investigação científica, avaliados e classificados por aquela entidade com excelente e/ou muito bom.

Ora, a Fundação da Ciência e Tecnologia é a entidade financiadora do chamado sistema científico nacional, que tem como principal destinatária a economia nacional e o seu desenvolvimento tecnológico, sistema esse que, para bem funcionar, necessita a montante de um sistema de educação e de formação, que lhe forneça cabeças bem formadas e preenchidas pelo acervo de conhecimentos obtidos por um ensino motivador e por uma aprendizagem interessada, sustentados no estudo orientado pelo método científico, através do qual se aprende a pensar e a fazer perguntas. É esta a missão principal da universidade – ensinar a pensar e aprender a perguntar, num ambiente de sala de aula, sempre motivado pelos conhecimentos e pelos métodos de docentes que sabem que o estudar vem sempre antes do investigar, no sentido mais corrente e atual deste verbo, porque se estuda para aprender a fazer perguntas e se investiga para se tentar encontrar respostas. Mas ninguém poderá ir à procura de respostas sem, primeiro, ter aprendido a formular as perguntas, isto é, a investigação sucede sempre à formação, porque de todos os que a universidade forma para a vida e para a cidadania somente alguns se interessarão pela investigação, pela procura de respostas. De resto, bem sabemos que muita da investigação útil para o desenvolvimento económico e social é feita fora da universidade, por pessoas que aprenderam na “universidade de vida” ou a quem a universidade forneceu ferramentas cognitivas e maturação psicológica assente na curiosidade pelo outro que a leitura e a escrita ajudam a consolidar.

A UFP submeteu, de novo, dois dos seus centros de estudo, o FP-ENAS e o FP-B2S, em 2018-2019, à avaliação da Fundação da Ciência e Tecnologia, que nomeia painéis de avaliadores, ditos peritos, para analisar os projetos de estudo e de investigação, que, sejamos claros, são mais distribuidores de financiamento do que propriamente qualificados analistas substantivos das propostas de estudo apresentadas. A avaliação, que contestámos por manifestamente insustentada e, desde logo, distorcida, por estar vinculada a um envelope financeiro que era necessário distribuir pelas mais de 300 unidades públicas de investigação do chamado sistema científico nacional, foi-nos desfavorável e, por isso, a iniquidade introduzida pela exigência do já mencionado

decreto de agosto de 2018, tornou atividade da universidade ameaçada no seu futuro, condicionando, por isso, já no ano de 2019 a sua expansão.

2.2. HOSPITAL UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O ano de 2019, no concernente à atividade do HE, o estranho clima político contra a iniciativa privada, da alteração à Lei de Bases da Saúde, fez passar a ideia no país de que a participação da iniciativa privada no setor da saúde não poderá ser outra que supletiva e não de parceiro, de pleno direito, do sistema nacional de saúde.

O HE poderia, por isso, ter tido, em 2019, reforçada a sua atividade de prestador de cuidados de saúde ao SNS, se lhe tivesse sido autorizada a adesão ao SIGIC (Sistema de Gestão Integrada de Cirurgias), que lhe foi prometida, desde a sua abertura e a que tem vindo a concorrer, ainda sem sucesso.

Verificamos, entretanto, no segundo semestre de 2019, que teríamos de alterar o modelo de funcionamento clínico do HE, modificando as condições de colaboração dos médicos, prestadores de serviços ao HE.

A eliminação deste desequilíbrio é uma das prioridades do conselho de administração para o ano económico de 2020, repondo os níveis de produtividade correspondentes à força de trabalho clínico especializado.

O conselho de administração está ciente de que tal alteração é essencial, para a sustentabilidade e a melhoria da prestação dos serviços de medicina e de cirurgia do HE, satisfazendo com maior eficiência a procura.

Um outro fator que afetou a atividade do HE em 2019 teve a ver com a alteração inesperada das regras do regime livre da ADSE, no qual se encontra a maioria dos pacientes internados na UCRM.

Fruto destas inesperadas e inacreditáveis decisões da ADSE, a procura de internamento na UCRM por parte de beneficiários da ADSE sofreu uma quebra de quase 40%, o que teve óbvia repercussão na respetiva faturação. Também este será um dos aspetos a reformular no decurso de 2020, se não forem revistas as decisões da ADSE, no respeitante ao seu regime livre.

O envolvimento e comprometimento de todos, com uma visão de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelo HE como instituição cuidadora, formativa e de investigação, permanentemente atenta às novas exigências técnicas e humanas dos cuidados de saúde da população, asseguram a simbiose entre a satisfação

dos pacientes que recebem cuidados de qualidade e a realização pessoal de todos os profissionais de saúde.

As Convenções com o SNS têm vindo a incrementar a actividade de alguns serviços, como a Medicina Física e de Reabilitação (MFR), a Imagiologia e os Exames Especiais de Gastroenterologia. Em 2019, fruto de acordos com instituições parceiras na área laboratorial, o HE verá alargadas as convenções com o SNS a outras áreas.

Verificou-se o alargamento da actividade da Consulta Externa, através do recrutamento para os quadros permanentes do HE de mais especialistas de medicina interna, de pediatria, de fisioterapia e de medicina geral e familiar, o que permitiu aumentar as agendas fixas de mais especialidades médicas e cirúrgicas.

3. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A FFP, estando numa fase de consolidação do seu processo de integração organizacional, ou seja, o desenvolvimento e implementação dos planos de acção de investimento e de formação dos seus colaboradores, mantém e prossegue o reforço nas suas áreas de actuação, para que possa concretizar o objectivo de gerar condições para um desenvolvimento ainda mais sustentado, potenciando níveis crescentes de melhoria do seu clima organizacional e da prestação dos seus serviços.

Continuou a ser seguida, em 2019, uma estratégia de gestão económica e financeira rigorosa, com vista atingir os objectivos definidos. Racionalizaram-se investimentos e consumos, investiu-se ainda mais na qualidade dos recursos humanos, na área da saúde.

3.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas relativas ao exercício de 2019 retratam a situação económica e financeira da Fundação, em regime normal de funcionamento, e apesar do abrandamento económico e das dificuldades individuais e sociais quer a nível nacional quer internacional (a UFP tem uma percentagem considerável de alunos internacionais), as contas reflectem um reforço, também ele excepcional, dos recursos financeiros da Fundação.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o referencial do Sistema

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

de Normalização Contabilística (SNC) e da norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

3.1.1. Rendimentos

O volume total dos Rendimentos atingiu os € 34.907.128,28, ou seja, a Fundação aumentou o seu volume de Proveitos relativamente ao ano anterior em cerca de 3 %.

Descrição	Ano 2019	Total %	Ano 2018	Total %	%
Vendas e Pr.Serv.	34.009.251,24	97,43%	33.361.340,79	98,15%	2%
Subs. Exploração	262.740,12	0,75%	187.624,23	0,55%	40%
Outras imparidades (reversões)	141.690,09	0,41%	0,00	0,00%	0%
Out. Rend.e Ganhos	493.446,83	1,41%	442.515,54	1,30%	12%
Juros, divid.,Out.Rend. Simil.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0%
TOTAL	34.907.128,28	100,00%	33.991.480,56	100,00%	3%

Como se pode verificar neste mapa resumo, observa-se um aumento no total de rendimentos de 3% em 2019, por comparação com 2018, devido essencialmente ao aumento nas vendas/prestações de serviços.

3.1.2. Gastos

O total de gastos e perdas, no valor de € 35.238.128,64, regista um aumento correspondente a 3.84 %, relativamente ao ano anterior.

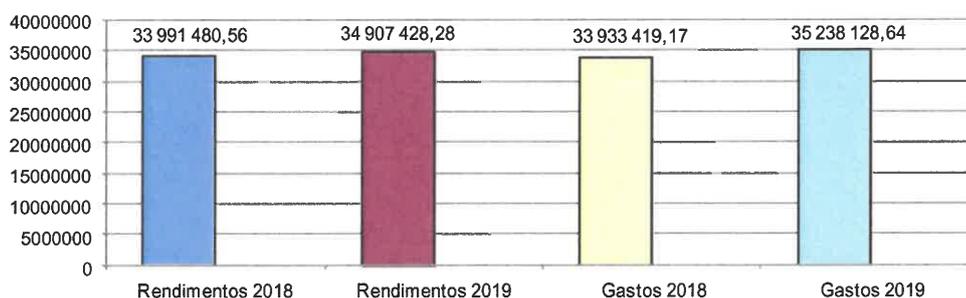
Este aumento nos **Gastos e Perdas** não acompanharam o aumento dos rendimentos, pelo que o resultado deste exercício espelhou-se no valor, antes de impostos, de -331 000,36€.

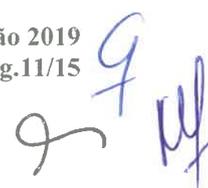
Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

Descrição	Ano 2019	Total %	Ano 2018	Total %	%
C.M.V.M.C.	1.976.370,97	5,61%	2.161.850,72	6,37%	-8,58%
Forn.Serv.Externos	8.720.687,82	24,75%	8.356.665,28	24,63%	4,36%
Cust. c/ Pessoal	21.855.906,16	62,02%	20.688.847,88	60,97%	5,64%
Deprec. Amortizações	1.819.768,94	5,16%	1.845.476,99	5,44%	-1,39%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	2.290,00	0,01%	-100,00%
Provisões	0,00	0,00%	50.001,00	0,15%	-100,00%
Perdas redução justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Out. Gastos e perdas	290.863,80	0,83%	219.638,36	0,65%	32,43%
Gast. e perdas financ.	574.530,95	1,63%	608.648,94	1,79%	-5,61%
TOTAL	35.238.128,64	100,00%	33.933.419,17	100,00%	3,84%

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes, quer para o período em análise quer para o anterior.

Resumo Comparativo





4. VARIAÇÃO PATRIMONIAL

Do confronto dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um Resultado Líquido negativo de 332 287,65€, conforme mapa abaixo.

RUBRICAS	2019	2018
Rendimentos	34.907.428,28	33 991 480,56
Gastos	- 35.238.128,64	-33 933 419,17
Resultado antes de impostos	-331 000,36	58 061,39
Imposto sobre o rendimento do período	- 1.287,29	-13 495,58

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2019 foi, obviamente difícil, e apesar da boa gestão implementada e demonstrada, obteve-se um resultado negativo.

O rácio da autonomia financeira, face ao balanço de 2018, atinge 33,57%; por outro lado, o rácio da solvabilidade é de 50,54%.

5. GASTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal podem ser analisados no quadro seguinte:

RUBRICAS	2019
Nº Trabalhadores	863
Gastos com Pessoal	21.855.906,16

Além dos funcionários contratados, a Instituição conta também com prestadores de serviço independentes (docentes e prestadores de serviços na área da medicina, entre

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

outros), cujo valor de Honorários, ascende a €1 945 985.45, e com subcontratos que totalizam €2 371 576,97.

6. RELAÇÃO DO INVESTIMENTO

No ano de 2019, registou-se um investimento total de 312 642,74€, distribuído pelas várias rubricas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, conforme quadro abaixo:

Ativos

Descrição	2019	2018	% no Total
Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00%
Ativos Fixos Tangíveis			
Edifícios e Outras Construções	27.856,25	44.738,94	-37,74%
Equip. Básico	275.290,37	209.266,80	31,55%
Equip. Administrativo	5.639,25	2.323,80	142,67%
Outras activos tangíveis	3.856,87	82.184,78	-95,31%
TOTAL	312.642,74	338.514,32	-7,64%

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA FUNDAÇÃO

A Administração considera que os resultados obtidos pela Fundação, em 2019, apesar de inferiores aos estimados para o ano, reforçam a sua estabilidade, quer no plano patrimonial e económico-financeiro quer no plano da quota de mercado detida.

Dadas as incertezas sobre a evolução da pandemia COVID-19, nomeadamente a duração do atual estado de regresso á normalidade e retoma da economia, e os constrangimentos que não permitem previsões e estimativas de médio e longo prazo seguras, os seus efeitos serão objeto de reavaliação contínua, a fim de se poderem tomar as medidas mais adequadas para se manter a exploração no melhor nível possível, para se preparar a retoma e poder garantir o futuro.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

No âmbito dos factos ocorridos posteriormente á data de referência das contas, há destacar a pandemia COVID-19, assunto já tratado noutros pontos deste relatório.

10. VARIAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDA DO PERÍODO

Pelo exposto, a variação patrimonial líquida negativa do período espelhou-se em € 332 287,65.

Proposta da aplicação dos resultados: A Administração propõe que o resultado negativo seja aplicado na incorporação nos Fundos Patrimoniais.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação do presente Relatório de Contas, ocorre num período conturbado e de forte indefinição seja a nível nacional, europeu e mesmo mundial, em resultado da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, denominada COVID-19. As autoridades portuguesas declararam o estado de emergência em todo o país, seguida do estado de calamidade, situação que se conheceu pela primeira vez no Estado Democrático Constitucional em que vivemos.

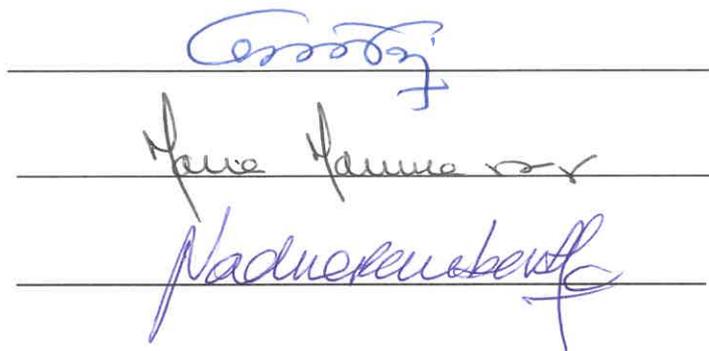
O objetivo foi combater a propagação da pandemia, que ilustra bem o momento excecional que a sociedade viveu, o que se repercutiu no abrandamento das suas operações, provocando natural impacto no exercício de 2020. Na presente data, não é possível conhecer ou antecipar o impacto que esta pandemia terá na sociedade portuguesa, seja em termos de alteração legislativas, laborais, económicas ou outras. Consequentemente o Conselho de Administração não dispõe neste momento, de

informação suficiente que lhe permita conhecer de que forma a situação poderá afetar as operações futuras.

Esperamos todavia, ultrapassar os constrangimentos sociais e económicos, que afetaram transversalmente toda a sociedade. Pelo exposto, no presente relatório de gestão, pode concluir-se que o projeto da Fundação Fernando Pessoa, nas suas duas vertentes principais – o ensino superior e a prestação de cuidados de saúde- tem vindo a fazer o seu caminho com total segurança e sempre com uma perspetiva clara de consolidação. O conselho de administração quer acreditar que todos os membros da comunidade pessoana reconhecem que esta é uma instituição exemplar.

Porto, 22 de Junho de 2020

O Conselho de Administração



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each placed on a horizontal line. The top signature is the most legible, appearing to be 'Correia'. The middle signature is less legible but seems to start with 'Jorge'. The bottom signature is highly stylized and illegible.

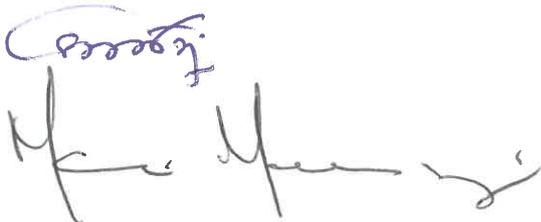
Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2019

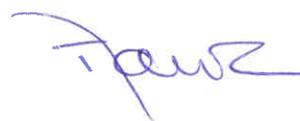
	NOTAS	31/dex/19	31/dex/18
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	35 371 574.20	38 238 330.54
Bens do património histórico e cultural		0.00	0.00
Activos intangíveis	5	209 964.53	265 190.71
Investimentos financeiros	11.2;11.4	0.00	30.91
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0.00	0.00
Outros créditos e activos não correntes	11.4	164 504.89	118 602.53
		35 746 043.62	38 622 154.69
Activo corrente			
Inventários	7	518 032.10	547 461.82
Créditos a receber	11.4	2 864 524.30	3 063 504.31
Adiantamentos fornecedores	11.4	1 867.89	11 596.58
Estado e outros entes públicos		154.21	0.00
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0.00	0.00
Diferimentos	11.4	115 652.01	122 569.51
Outros activos correntes	11.4	818 484.38	781 556.93
Caixa e depósitos bancários		1 772 056.70	2 052 734.83
		6 090 771.59	6 579 423.98
TOTAL DO ACTIVO		41 836 815.21	45 201 578.67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	11.3	11 508 511.32	11 463 945.51
Excedentes Técnicos		0.00	0.00
Reservas	11.3	14 180.96	14 180.96
Resultados transitados	11.3	1 758 667.59	2 683 958.44
Excedentes de revalorização	11.3	0.00	486 214.66
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10;11.3	1 097 340.20	1 161 153.67
		14 378 700.07	15 809 453.24
Resultado líquido do período		-332 287.65	44 565.81
Total dos fundos de patrimoniais		14 046 412.42	15 854 019.05
Passivo não corrente			
Provisões	9	465 451.53	607 141.62
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6;11.4	10 688 194.72	12 014 817.99
Outras dividas a pagar		0.00	0.00
		11 153 646.25	12 621 959.61
Passivo corrente			
Fornecedores	11.4	898 387.98	1 117 540.79
Adiantamento de clientes		18 713.01	0.00
Estado e outros entes públicos	11.4	1 328 165.23	1 312 438.78
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos	6;11.4	6 969 374.20	6 738 613.00
Diferimentos	11.4	3 223 545.49	3 345 945.74
Outros passivos correntes	11.4	4 198 570.63	4 211 061.70
		16 636 756.54	16 725 600.01
TOTAL DO PASSIVO		27 790 402.79	29 347 559.62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		41 836 815.21	45 201 578.67

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502 057 602

A Administração



A Contabilista certificada (CC n.º 47326)



Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

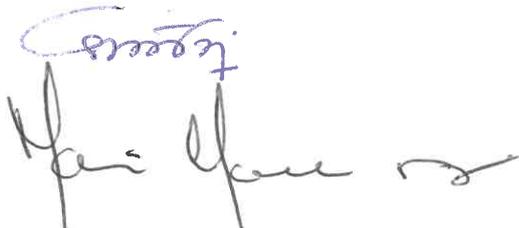
Demonstração Individual dos resultados por natureza em 2019

	NOTAS	2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	8	34 009 251.24	33 361 340.79
Subsídios, doações e legados à exploração	10	262 740.12	187 624.23
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-1 976 370.97	-2 161 850.72
Fornecimentos e serviços externos	8	-8 720 687.82	-8 356 665.28
Gastos com o pessoal	8;12	-21 855 906.16	-20 688 847.88
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	8	0.00	-2 290.00
Provisões (aumento / reduções)	9	141 690.09	-50 001.00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos / reduções justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos	8	493 446.83	442 515.54
Outros gastos		-290 863.80	-219 638.36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 063 299.53	2 512 187.32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-1 819 768.94	-1 845 476.99
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		243 530.59	666 710.33
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados	6	-574 530.95	-608 648.94
Resultado antes de Impostos		-331 000.36	58 061.39
Imposto sobre o rendimento do período		1 287.29	13 495.58
Resultado líquido do período		-332 287.65	44 565.81

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502.057 602

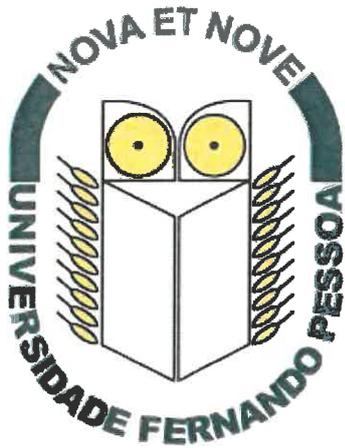
A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

A Administração




ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019



9

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 Dezembro 2019

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1.	Identificação da Fundação	03
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	04
3.	Principais políticas contabilísticas alterações nas estimativas contabilísticas e erros	05
4.	Ativos fixos tangíveis	16
5.	Ativos intangíveis	19
6.	Custos dos empréstimos obtidos	20
7.	Inventários	22
8.	Rendimentos e gastos	23
9.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
10.	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	25
11.	Instrumentos financeiros	27
12.	Benefícios de empregados	33
13.	Acontecimentos após a data do balanço	34
14.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	34
15.	Outras divulgações	35

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Exercício Económico de 2019

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa” foi constituída em 12 de Fevereiro de 1988 e tem a sua sede na Praça Nove de Abril no Porto. A sua atividade principal é o ensino superior, e a secundária é atividades em estabelecimentos de saúde com internamento, prática médica de clinica especializada e em ambulatório.

NIF: 502 057 602

CAE Principal: 85420

CAE Secundário: 86100 / 86220

Conselho de Administração:

Presidente: Salvato Vila Verde Pires Trigo – NIF 129 057 444;

Vice-Presidente: Maria Manuela Rombert Soares Trigo – NIF 144 964 864;

Vogal: Nadine Stella Rombert Trigo – NIF 192 100 220.

Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal: Arménio Antunes Belo da Silva - NIF 114 609 241;

Vogal do Conselho Fiscal: José Manuel de Pinho Alves Coelho – NIF 192 549 553;

Vogal Relator do Conselho Fiscal: Rui de Sá Pereira da Silva – NIF 161 257 909;

ROC: PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda – NIF 510 143 210, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 268 representada por Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1414;

ROC Suplente: Maria Daniela da Silva de Sousa Freitas Lickfold da Silva – NIF 190 976 802, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1489.

Contabilista Certificado:

Teresa Maria Ferreira da Graça Porto – NIF 164 663 479, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados nº 47326.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2019 as demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo o Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3 Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, e de acordo com os mesmos pressupostos do ano anterior.

Desde 2011, ano em que a Fundação começou a ter auditoria financeira, tem vindo a ser mencionada, nas sucessivas Certificações Legais das Contas desde então, uma “Reserva” às subcontas de *Equipamento básico*, *Equipamento administrativo* e *Outros ativos fixos tangíveis*, pois os mapas de depreciações diferem dos valores constantes do balancete, face à falta de informação da passagem de testemunho do TOC anterior. Estas divergências resultam dos registos anteriores a 2010, ano em que a Contabilidade mudou de responsável e nos confrontamos com esta situação.

O Conselho de Administração tentou, nestes últimos anos, ultrapassar esta situação, aguardando nomeadamente despacho jurídico, com vista à obtenção de informação contabilista dos ativos fixos tangíveis, mas, dada a complexidade e morosidade, o Conselho de Administração, resolveu em 22 de Janeiro de 2019, optar por contratar uma empresa externa, a “B4B CONTABILIDADE E CONSULTORIA, Lda.”, com o objetivo de apurar o verdadeiro valor dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os objetivos acordados para este projeto incluíram:

- Realizar a reconciliação físico-contabilística dos ativos inventariados, ou seja, associar a esses ativos os respetivos documentos de suporte e a sua valorização, através da recolha do respetivo custo histórico;
- Identificar valores de aquisição para os ativos inventariados mas não reconciliados, afetando aos registos disponíveis nos mapas de depreciação e nos mapas contabilísticos;

- Validar a base de dados dos ativos registados, mas não localizados neste processo, por forma a, juntamente com a Fundação Fernando Pessoa, definir o tratamento a dar a esses registos. Neste caso, poderão encontrar-se ativos que devido à sua mobilidade poderão não ter sido localizados aquando da inspeção física (computadores portáteis, máquinas fotográficas, etc.), assim como registos de ativos não inventariáveis fisicamente, como software, acessórios informáticos adquiridos em anos em que computadores do mesmo ano já não existam fisicamente, entre outros;
- Identificação dos ativos a abater;
- Atualização dos registos e dos valores a considerar no mapa de depreciações, cruzando com os valores registados nos ativos fixos da contabilidade

O relatório final da empresa B4B foi entregue em Janeiro de 2020, após o processo de reconciliação, que consistiu na identificação de valores de aquisição, com o cruzamento da base de dados de inventário, através da documentação disponibilizada e de pesquisas nos sites dos fornecedores.

A empresa B4B entregou dois ficheiros de inventário onde colocou a informação do tratamento efectuado a cada registo de imobilizado. Foram identificados como NE (Não Encontrado) um conjunto de registos por falta de elementos que permitisse efectuar o cruzamento com ativos inventariados, no montante líquido de 44 779€.

Com base neste processo foram corrigidos os valores de aquisição e depreciações acumuladas mensurados na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis que fez um total líquido de 1 411 505€. Assim também foi regularizada a rubrica dos Excedentes de Revalorização dos Ativos Fixos Tangíveis no valor total de 486 214,66€. Estas regularizações tiveram reflexo na conta de Resultados Transitados no montante de 925 290€.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, NCRF-ENSL, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, e do desempenho (resultados).

Pressupostos:

Regime do acréscimo

Continuidade das operações

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Características qualitativas da informação financeira:

Compreensibilidade
Relevância
Materialidade
Fiabilidade
Representação fidedigna
Substância sobre a forma
Neutralidade
Prudência
Plenitude
Comparabilidade

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da Linha Reta em conformidade com o período de vida útil.

F. J. d.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Ativos fixos tangíveis

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método da Linha Reta, e as vidas úteis e método de reintegrações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos no exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que existam, ou reconhecidas as suas reversões até o limite das perdas por imparidade registadas.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registado como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é a quantia que se obteria com a alienação do ativo numa transação com entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor do uso é o valor presente dos fluxos de caixa que se esperam do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

A reversão por perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Contudo a reversão é efetuada até ao limite da quantia da perda por imparidade que estaria reconhecida (liquida de amortizações/depreciações).

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as correspondentes depreciações acumuladas, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros e outros gastos incluídos no valor das rendas, e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio das saídas, em sistema de inventário permanente.

Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes estejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, neste caso são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, tendo em conta as informações de mercado no incumprimento de responsabilidades, histórico de saldos vencidos e não recebidos e eventuais processos de acção judicial.

As perdas por imparidade são ajustadas com reforços reconhecidos como gastos no período, ou reversões resultantes do recebimento total ou parcial dos montantes em dívida, como rendimentos do período.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que estejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento acontece quando houver lugar a sua liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, a prazo e a outros depósitos bancários cujos valores possam ser mobilizados sem risco significativo de alteração do seu valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e quando existam limitações na sua movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Provisões

As provisões são reconhecidas e revistas na data do balanço, apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como obrigações possíveis ou obrigações presentes, resultantes de acontecimentos passados, quando não é provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos, e sejam incertos e não totalmente controlados.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem de eventos não planeados ou outros esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, e devem ser divulgados no anexo. Quando a sua realização for certa, então o seu reconhecimento deve ser efetuado.

Regime do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras Contas a Receber e a Pagar” e “Diferimentos”.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, refletindo eventuais descontos concedidos.

Subsídio do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios são reconhecidos como rendimentos na rubrica “Subsídios à exploração” no próprio período em que são suportadas as diversas despesas aprovadas no orçamento de cada um dos projetos de investigação em curso. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. Na Fundação Fernando Pessoa, temos a contabilização do subsídio nos fundos patrimoniais, referente ao financiamento pelo QREN, no âmbito do programa ON2-FEDER, da Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola, tendo sido reconhecido um gasto no período em análise no montante de 63 813,47€.

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) foi calculado à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos às

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, é tido em conta ao somatório dos Rendimentos Globais (IRS – Artigo 53º) mais Incrementos Patrimoniais Gratuitos, menos os Custos Comuns e Benefícios Fiscais, ao qual é aplicada a referida taxa de imposto.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e do Seguro de Saúde nos termos previstos com os gastos de acção social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Contudo no caso dos contratos de trabalho que cessem até ao final do período seguinte, estão a ser processados e pagos os proporcionais dos subsídios de férias no próprio período. Relativamente ao subsídio de natal, também estão a ser processados e pagos os proporcionais independentemente do tipo de contrato de trabalho.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos Subsequentes

Após a data de balanço, deflagrou em 2020 a doença da Covid-19, classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março e que determinou a declaração do estado de emergência em Portugal entre 23 de março e 2 de maio e a tomada de severas medidas de encerramento de atividades, restrições comerciais, circulação de pessoas e confinamento social, como meio de prevenção e minimização do risco de contágio, proteção da saúde pública e salvaguarda do SNS. Este facto, de enorme impacto económico global e de consequências ainda imprevisíveis, afetou a grande maioria das empresas e trabalhadores, o que foi o caso desta entidade e que viu a sua atividade cair cerca de 40% nos meses de

Março, Abril e Maio. A crise inesperada foi combatida através da avaliação possível dos seus efeitos e da aplicação de algumas medidas para os minimizar e preservar a continuidade operacional, nomeadamente com recurso a Layoff, teletrabalho, moratórias e a situação é objeto de acompanhamento permanente para definir medidas para preparar a retoma e acautelar o futuro, sendo as medidas em curso nomeadamente pedir financiamento linha covid.

As incertezas que ainda existem designadamente a duração da pandemia e das medidas decretadas para a suster, a data da retoma global e as mudanças que se irão verificar no tecido económico e social, não possibilitam uma avaliação apropriada de todas as consequências da situação, em particular e como se menciona na nota 13. deste Anexo, do efeito financeiro negativo que irá ser evidenciado nas demonstrações financeiras de 2020, e, expectavelmente, nas de anos seguintes.

Em conformidade com a avaliação global efetuada às medidas em curso e planeadas, e atendendo à situação económica e financeira da Entidade, ao seu historial e à vontade dos Administradores, concluímos a continuidade operacional da entidade, pressuposto em que são apresentadas as contas de 2019, está salvaguardada no curto / médio prazo.

b) Outras políticas contabilísticas

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação. Em 2019 utilizamos a taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos, para valorizar a quantia disponível em fundo de maneio, que ascende 138,00 USD (122,84€).

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

Juízos de valor críticos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a entidade adotou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) Gastos estimados por acréscimo: Remunerações de férias e subsídio de férias, imposto municipal sobre imóveis, seguros a liquidar, subcontratos e honorários referentes a serviços médicos, honorários de docência, trabalhos especializados e outros gastos como conservação e reparação, comunicação, eletricidade, gás, água, etc.;
- II) Gastos a reconhecer: Seguros liquidados, licenças de software, quotizações e outros serviços;
- III) Rendimentos estimados por acréscimo: Propinas e subsídios à exploração dos diversos projetos de investigação e desenvolvimento em curso na Universidade, assim como rendimentos relacionados com a atividade hospitalar na Unidade de Cuidados Continuados, internamento na Unidade de Longa Duração e cirurgias realizadas em 2019, cuja faturação ocorrerá em 2020;
- IV) Rendimentos a reconhecer: Propinas pagas no exercício económico em análise e subsídios à exploração de alguns projetos em curso;
- V) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram:

- Acréscimo de gastos das remunerações de férias, subsídio de férias e respetivos encargos contributivos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, o que perfizeram o montante total de 2.481.973€;
- Acréscimo de gastos referente a subcontratos, essencialmente de empresas que prestam serviços médicos que ascendeu 357.813€ e honorários de prestadores de serviços, tais como professores, médicos, enfermeiros e outros no valor total de 171 985€;
- Acréscimo de rendimentos relativamente ao Hospital Escola que se cifra em 457.329€;
- Acréscimo das propinas por receber no período de 2018, no valor total de 274.697€;
- Acréscimo de rendimentos referentes aos subsídios de exploração que perfazem um montante de 60.433,17€;
- Diferimento de propinas recebidas em 2019, que dizem respeito ao exercício de 2020 no montante de 3.151.789€;

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do setor não lucrativo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros reconhecidas nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da Fundação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adotado pela Fundação (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente exceto quando a alteração resulta em informação mais fiável e relevante.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas estão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospetivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Neste exercício não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais no período em apreço.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Enquadramento da política

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual, tradicionalmente nulo, e os duodécimos no ano de aquisição e no ano de alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	6 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, os abates, as amortizações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2018	Adições	Regularizações	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31-12-2019
Activos Fixos Tangíveis							
Terrenos e Rec. Naturais	1479.289,44 €	- €			- €		1479.289,44 €
Edifícios e Out. Construções	48.816.425,85 €	27.856,25 €	4.871.001,25 €		- €		43.973.280,85 €
Equip. Básico	13.797.219,55 €	275.290,37 €	2.016.537,74 €		3.474,86 €		12.052.497,32 €
Equip. Transporte	349.752,05 €	- €	267,75 €		- €		349.484,30 €
Equip. Administrativo	2.571.614,88 €	5.639,25 €	739.438,04 €		886,14 €		1836.929,95 €
Outros activos tangíveis	196.095,33 €	3.856,87 €	26.309,18 €		- €		173.643,02 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	67.210.397,10 €	312.642,74 €	7.653.553,96 €	- €	4.361,00 €	- €	59.865.124,88 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis							
Edifícios e Out. Construções	17.562.701,51 €	132.19,39 €	3.817.951,07 €		- €		14.876.869,83 €
Equip. Básico	8.507.783,14 €	598.795,72 €	1.674.627,57 €		124,05 €		7.431.827,24 €
Equip. Transporte	349.067,63 €	684,40 €	267,73 €		- €		349.484,30 €
Equip. Administrativo	2.487.401,39 €	19.556,15 €	730.206,17 €		886,14 €		1.775.865,23 €
Outros Activos Tangíveis	65.12,89 €	13.387,10 €	18.995,91 €		- €		59.504,08 €
Total Depreciações Acumuladas	28.972.066,56 €	1.764.542,76 €	6.242.048,45 €	- €	1.010,19 €	- €	24.493.550,68 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	38.238.330,54 €		1.411.505,51 €				35.371.574,20 €

Nota: Com base no processo de reconciliação dos ativos fixos tangíveis, conforme mencionado na nota 2.3 Comparabilidade no Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras, foram regularizados os valores de aquisição e depreciações acumuladas mensurados na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis que perfizeram um total líquido de 1 411 505€.

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito dos projetos de investigação em curso, financiados por entidades externas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019, a Fundação adquiriu novos bens e equipamentos para os projetos de investigação em curso, no montante de 2 769,33€, tendo sido depreciados no ano em apreço, assim como os bens adquiridos em anos anteriores da seguinte forma:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Descrição	31-12-2018	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31-12-2019
Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	51.589,19 €	- €		- €		51.589,19 €
Equip. Administrativo	15.580,80 €	3.655,47 €		886,14 €		18.350,13 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	67.169,99 €	3.655,47 €	- €	886,14 €	- €	69.939,32 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	29.250,74 €	5.130,95 €		886,14 €		33.495,55 €
Equip. Administrativo	12.798,15 €	3.296,07 €				16.094,22 €
Total Depreciações Acumuladas	42.048,89 €	8.427,02 €	- €	886,14 €	- €	49.589,77 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	25.121,10 €					20.349,55 €

O mapa abaixo evidencia o investimento na Unidade de Cuidados Continuados, por rubricas de ativo e respetivas depreciações:

Descrição	31-12-2018	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31-12-2019
Activos Fixos Tangíveis - Unidade de Cuidados Continuados						
* Edifícios e Outras Construções	1639.085,23					1639.085,23 €
*Equip. Básico	321900,09 €					321900,09 €
*Equip. Administrativo	17.988,92 €					17.988,92 €
*Outros Ativos	- €	38130 €				38130 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	1.978.974,24 €	381,30 €	- €	- €	- €	1.979.355,54 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	163.798,59 €	41027,89 €				204.826,48 €
Equip. Básico	82.741,48 €	20.786,02 €				103.527,50 €
Equip. Administrativo	9.386,42 €	2.346,75 €				11.733,17 €
Outros Ativos	- €	38130 €				38130 €
Total Depreciações Acumuladas	255.926,49 €	64.541,96 €	- €	- €	- €	320.468,45 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	1.723.047,75 €					1.658.887,09 €

Observações complementares: Foi celebrado em 31 de Agosto de 2011, um contrato de financiamento ao abrigo do QREN (ON2-FEDER) com o objetivo de financiar as obras da Unidade de Cuidados Continuados, correspondente ao 3º piso do Hospital Escola, no valor de 2.016.683€, com uma comparticipação de 70%, ou seja 1.411.678€. O valor investido rondou 1.999.005€, e foi financiado no montante total de 1.399.303€, totalmente recebido.

Anualmente, estão a ser imputadas as depreciações dos equipamentos e reconhecida a regularização da quota-parte subsidiada, conforme divulgação na nota 3 na página 8 e nota 10 na página 20 deste Anexo.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

Descrição	31-12-2018	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31-12-2019
Activos Intangíveis						
Direito de superfície	250.000,00 €					250.000,00 €
Propriedade Industrial	260.015,93 €					260.015,93 €
Programas de Computador	199.579,81 €					199.579,81 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	709.595,74 €	- €	- €	- €	- €	709.595,74 €
Amortizações Activos Intangíveis						
Direito de superfície	75.000,00 €	25.000,00 €				100.000,00 €
Programas de Computador	110.076,03 €	30.172,12 €				140.248,15 €
Propriedade Industrial	259.329,00 €	54,06 €				259.383,06 €
Total Amortizações Acumuladas	444.405,03 €	55.226,18 €	- €	- €	- €	499.631,21 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	265.190,71 €					209.964,53 €

Dispêndios com bens ativos intangíveis no âmbito dos projetos de investigação em curso financiados por entidades externas

Os ativos intangíveis são registados inicialmente pelo custo. A mensuração subsequente dos ativos intangíveis assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2019, a Fundação não suportou qualquer valor de aquisição de ativos fixos intangíveis, relativos a projetos de investigação em curso.

Descrição	31-12-2018	Adições	Alienações	Abates	Perdas por Imparidade	31-12-2019
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3.876,29 €	- €				3.876,29 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	3.876,29 €	- €	- €	- €	- €	3.876,29 €
Depreciações Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3.876,29 €	- €				3.876,29 €
Total Amortizações Acumuladas	3.876,29 €	- €	- €	- €	- €	3.876,29 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	- €	- €	- €	- €	- €	- €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Programas de computadores	6
Direito de superfície	10
Propriedade industrial	40

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Foi reconhecido o direito de superfície em 2016, como ativo intangível, no valor de 250 000,00€ de acordo com o protocolo assinado com o Município de Gondomar, que prevê a Instalação do Hospital-Escola, sobre o terreno em que é propriedade o Município de Gondomar com uma área de 15000 m2, pelo período de 50 anos e prorrogável, desde que se continuem a verificar os pressupostos da sua constituição, por períodos iguais e sucessivos de 20 anos.

6. Custos dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Gastos e perdas de financiamento	31-12-2019	31-12-2018
Juros suportados		
Juros de financiamento	455.392,12 €	471.057,31 €
Juros de leasing	73.936,14 €	95.982,15 €
Outros gastos e perdas de financiamento	45.202,69 €	41.609,48 €
Total	574.530,95 €	608.648,94 €

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

	31-12-2019	31-12-2018
Instituições de crédito:		
12 anos - Montepio Geral 173.06.100013-1	10.954.890,96 €	12.699.467,19 €
8 anos - Montepio Geral 173.06.100014-9	329.182,04 €	2.243.973,65 €
Conta caucionada - M G nº 17330100043	2.980.000,00 €	2.980.000,00 €
Empréstimo CGD nº 0091002690092	210.000,00 €	210.000,00 €
Livranças CGD / M G	1250.000,00 €	517.000,00 €
Leasing's	887.494,56 €	1285.049,06 €
Adiantamentos / Factoring	1046.001,36 €	1153.729,47 €
Total	17.657.568,92 €	21089.219,37 €

Descrição do passivo corrente e não corrente, assim como os montantes em dívida, referente aos financiamentos obtidos:

Financiamentos	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito	5.676.946,30 €	10.047.126,70 €	15.724.073,00 €	5.511.611,37 €	13.138.829,47 €	18.650.440,84 €
Leasing's	246.426,54 €	641.068,02 €	887.494,56 €	342.998,60 €	942.050,46 €	1285.049,06 €
Adiantamento/Factoring	1046.001,36 €	- €	1046.001,36 €	1153.729,47 €	- €	1153.729,47 €
Total	6.969.374,20 €	10.688.194,72 €	17.657.568,92 €	7.008.339,44 €	14.080.879,93 €	21089.219,37 €

Instituições de Crédito e Socied. Financeiras	31/12/2019			31/12/2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Leasing (cont. 345250)	- €		- €	11.380,44 €		11.380,44 €
Caixa Leasing (cont. 88691)	- €	- €	- €	7.197,30 €		7.197,30 €
Caixa Leasing (cont. 93262)	9.277,89 €	- €	9.277,89 €	10.916,34 €	9.279,72 €	20.196,06 €
BPI Leasing (Ct. 0010026431)	193.459,21 €	527.249,03 €	720.708,24 €	182.564,57 €	720.708,22 €	903.272,79 €
BPI Leasing (Ct. 0010027086)	43.689,44 €	113.818,99 €	157.508,44 €			- €
TOTAL	246.426,54 €	641.068,02 €	887.494,56 €	212.058,65 €	729.987,94 €	942.046,59 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

7. Inventários

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2019			31-12-2018		
	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	391404,87 €		391404,87 €	396.485,91€		396.485,91€
Mercadorias	126.627,23 €		126.627,23 €	150.975,91€		150.975,91€
TOTAL	518.032,10 €	- €	518.032,10 €	547.461,82 €	- €	547.461,82 €

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 detalha-se conforme segue:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Movimentos	31-12-2019		31-12-2018	
	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo
Saldo inicial	150.975,91 €	396.485,91 €	164.586,08 €	451.633,17 €
Compras	1.783,06 €	1.906.254,23 €	775,00 €	2.093.149,81 €
Regularizações	- 36,87 €	38.867,09 €	831,32 €	- €
Saldo final	126.627,23 €	391.404,87 €	150.975,91 €	396.485,91 €
Gastos no exercício (CMVMC)	26.168,61 €	1.950.202,36 €	13.553,85 €	2.148.297,07 €

Relativamente ao total das compras de matérias-primas está incluído o montante de 38.844,78€ que corresponde ao IVA liquidado em função do número de refeições servidas no internamento hospitalar. Ou seja a Fundação Fernando Pessoa está enquadrado em IVA com afetação real, pelo que deduzimos o IVA na aquisição das matérias-primas para os serviços do refeitório do HE. Contudo simultaneamente seguem refeições para os serviços de internamento que por sua vez não liquidado IVA, porque são serviços relacionados com a prestação de serviços no âmbito da saúde. Como tal nas compras relacionadas com os serviços de alimentação não podemos deduzir IVA, e o IVA será custo das matérias-primas consumidas.

8. Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

Em sede de Prestação de Serviços: o rédito é reconhecido na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período 2019 e 2018:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Rubricas		31-12-2019	31-12-2018	Variação	%
71	Vendas	13.233,44 €	13.540,57 €	307,13 €	-2,27%
72	Prestação Serviços	33.996.017,80 €	33.347.800,22 €	648.217,58 €	1,94%
Total 71 e 72		34.009.251,24 €	33.361.340,79 €		
75	Subsidios a exploração	262.740,12 €	187.624,23 €	75.115,89 €	40,04%
76	Reversões de perdas por imparidade	141.690,09 €	- €	141.690,09 €	#DIV/0!
78	Outros Rendimentos e Ganhos	493.446,83 €	442.515,54 €	50.931,29 €	11,51%
791	Juros obtidos	- €	- €	- €	#DIV/0!
Total Rendimentos e ganhos		34.907.128,28 €	33.991.480,56 €	915.647,72 €	2,69%

Quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecidos durante o período 2019 e 2018:

Rubricas		31-12-2019	31-12-2018	Variação	%
61	C.M.V.M.C.	1976.370,97 €	2.161.850,72 €	185.479,75 €	-8,58%
62	Forn.Serv.Externos	8.720.687,82 €	8.356.665,28 €	364.022,54 €	4,36%
63	Cust. c/ Pessoal	21855.906,16 €	20.688.847,88 €	1167.058,28 €	5,64%
64	Deprec. Amortizações	1819.768,94 €	1845.476,99 €	25.708,05 €	-1,39%
65	Perdas por imparidade	- €	2.290,00 €	2.290,00 €	-100,00%
66	Perdas redução justo valor	- €	0,00 €	- €	#DIV/0!
67	Provisões do período	- €	50.001,00 €	50.001,00 €	-100,00%
68	Out. Gastos e perdas	290.863,80 €	219.638,36 €	71.225,44 €	32,43%
69	Gast. e perdas financ.	574.530,95 €	608.648,94 €	34.117,99 €	-5,61%
Total Rendimentos e ganhos		35.238.128,64 €	33.933.419,17 €	1304.709,47 €	3,84%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Foi registada uma reversão de provisões de 141. 690,09€.

Estão mensuradas as seguintes provisões de anos anteriores:

- Processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2011 no valor total de 362.723,88€ (inclui juros compensatórios). O processo aguarda a designação de dia para inquirição de testemunhas arroladas pelas partes;
- Processo de pagamento de uma indemnização solidária por danos patrimoniais e não patrimoniais, ao Sr. Carlos Barbosa, por alegada negligência médica em cirurgia feita pelo Dr. Paulo Amado no montante de 22.726,64€. O processo aguarda a elaboração de relatório de perícia médico-legal;
- O processo no âmbito do contrato de cedência da titularidade dos direitos às convenções com SNS para exames de gastroenterologia e de radiologia e para exames e tratamentos de fisioterapia, por parte da empresa Lifefocus, Ld, no valor de 30.000,01€. Em 19.04.2018 para sentença foi julgada a ação procedente. O processo está em recurso;
- E o processo judicial em curso, no valor total de 50.000,01€ que corre seus legais termos pelo Juízo Central Cível do Porto – Juiz 5 por alegada negligência médica cuja Autora Estela Amaral vem pedir indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais.

Relativamente aos passivos e ativos contingentes no período em apreço:

- Decorre um processo em tribunal cujo impugnante é a Fundação e o impugnado a Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de causa de 844.091,23€ referente à impugnação contra a liquidação adicional de IRC (que inclui juros compensatórios) do exercício de 2010. Há probabilidade efetiva de obterem ganho de causa. Aguarda a realização de prova pericial.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Subsidio ao investimento não reembolsável:

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31-12-2018	Depreciação no período	Saldo Final 31-12-2019
Subsídio Unidade Cuidados Continuados	1.144.049,40 €	63.813,47 €	1.080.235,93 €
Total	1.144.049,40 €	63.813,47 €	1.080.235,93 €

Observações: Este subsídio teve impacto nos resultados uma vez que o equipamento em causa está afeto à Unidade de Cuidados Continuados, e apesar de ter obtido o licenciamento em Agosto de 2014, só no exercício de 2015 começou a ter o seu uso pleno, tendo-se iniciado o registo da depreciação dos ativos

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

tangíveis nesse ano. Até 31 de Dezembro de 2019 a conta 593 (Subsídios ao Investimento) foi debitada no total de 319.066,79€, valor este que corresponde às depreciações acumuladas dos ativos tangíveis. Conforme nota 4, a Fundação beneficiou de um subsídio ao investimento inicial da Unidade de Cuidados Continuados.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos ou são efetivamente recebidos no período em apreço, e que a Fundação cumprirá ou cumpra as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
Programa Erasmus	31.125,43 €	51.268,17 €
FP-ENAS 2013	0,00 €	8.687,84 €
FP-ENAS 2016	0,00 €	30.982,78 €
PTDC/MAR-BIO/4694/2014	4.377,49 €	106,27 €
PTDC/SAL-SER/30388/2017	5.344,90 €	2.650,40 €
UID/Multi/4546/2016	5.934,86 €	0,00 €
UID/Multi/4546/2019	37.782,16 €	0,00 €
HARDLEVEL	25.000,00 €	6.000,00 €
Loockcrim	49.570,00 €	59,86 €
HALLIBURTON	1.796,50 €	4.808,35 €
AppGeneration	21.000,00 €	0,00 €
Sub. Inst. Form. Prof. Emprego	80.808,78 €	83.060,56 €
Total	262.740,12 €	187.624,23 €

Observações: Os subsídios à exploração são considerados como rendimento do exercício, pois visam compensar gastos incorridos no período e tendo em conta ao princípio do acréscimo, os valores registados são independentes do recebimento ter ocorrido no período.

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de fundo patrimonial noutra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) dinheiro
- b) um instrumento de fundo patrimonial de outra entidade
- c) um direito contratual:
 - de receber dinheiro ou outro ativo financeiro
 - de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis
- d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo de patrimonial da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- a) uma obrigação contratual:
 - de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro
 - de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis
- b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade e que seja:
 - um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a entregar um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade
 - um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

Instrumento do fundo patrimonial é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, incluindo empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, encontrando-se registados ao custo.

Os instrumentos do fundo patrimonial da fundação são reconhecidos, pelo método do custo, aquando da emissão de tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos do fundo patrimonial.

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

a) Cotação de mercado

Investimentos Financeiros - Qt 102 - Nexponor, S.A.	31-12-2019	31-12-2018
Cotação	0,30 €	0,30 €
Valor contabilístico	30,60 €	30,60 €
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

Investimentos Financeiros - Qt 3129 - BES	31-12-2019	31-12-2018
Cotação	0,0001€	0,0001€
Valor contabilístico	0,31€	0,31€
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

11.3 Quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o total dos fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

	31-12-2019	31-12-2018
Fundo patrimonial	11.508.511,32 €	11.463.945,51 €
Reservas reavaliação:		
DL 31/98 DE 11/02	- €	318.908,88 €
DL 44/91	- €	47.879,78 €
DL 294/92	- €	53.215,01 €
Outros excedentes antes impostos	- €	66.210,99 €
Reservas:		
Reservas legais	709,05 €	709,05 €
Reservas livres	13.471,91 €	13.471,91 €
Resultados transitados	1.758.667,59 €	2.683.958,44 €
Outros variações fundos patrimoniais:		
Subsídios	1.080.235,93 €	1.144.049,40 €
Doações	17.104,27 €	17.104,27 €
Variação líquida exercício	- 332.287,65 €	44.565,81 €
Total	14.046.412,42 €	15.854.019,05 €

11.4 Dívidas da entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Fornecedores/outras contas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fornecedores/outras contas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2019			31-12-2018		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ Imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ Imparidade acumulados	Total
PASSIVOS						
Fornecedores	898.387,98 €		898.387,98 €	117.540,79 €		117.540,79 €
Adiantamentos de clientes	18.713,01 €		18.713,01 €	- €		- €
Outros passivos correntes:	4.198.570,66 €		4.198.570,66 €	4.211.061,70 €		4.211.061,70 €
* Fornecedores Investimentos	45.920,99 €		45.920,99 €	55.910,96 €		55.910,96 €
* Credores por acréscimo gastos	3.189.723,93 €		3.189.723,93 €	3.019.747,45 €		3.019.747,45 €
* Pessoal	5.851,08 €		5.851,08 €	2.608,62 €		2.608,62 €
* Outros credores	957.074,66 €		957.074,66 €	1.132.794,67 €		1.132.794,67 €
Total do Passivo	5.115.671,65 €	- €	5.115.671,65 €	5.328.602,49 €	- €	5.328.602,49 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

- a) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2020	>1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
BPI Leasing (Cont. 0010026481)	198.459,21€	380.644,42€	146.604,61€	720.708,24€
BPI Leasing (Cont. 0010027086)	43.689,44€	113.818,99€	- €	157.508,43€
Caixa Geral Leasing (Cont. 93262)	9.277,89€	- €	- €	9.277,89€
	- €	- €	- €	- €
Total	246.426,54€	494.463,41€	146.604,61€	887.494,56€

Passivos financeiros

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
* Financiamentos obtidos:						
** Montepio Geral	1.236.946,30 €	10.047.126,70 €	11.284.073,00 €	1.853.461,53 €	11.284.830,05 €	13.138.291,58 €
** Locações Financeiras	246.426,54 €	641.068,02 €	887.494,56 €	212.058,66 €	729.987,94 €	942.046,60 €
** Outros	5.486.001,36 €	- €	5.486.001,36 €	4.673.092,82 €	- €	4.673.092,82 €
Passivo Total	6.969.374,20 €	10.688.194,72 €	17.657.568,92 €	6.738.613,01 €	12.014.817,99 €	18.753.431,00 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Diferimentos (Passivos)

Descrição Diferimentos	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
Rendimentos a reconhecer:						
* Anuidades	3.151.789,89 €	- €	3.151.789,89 €	3.197.493,97 €	- €	3.197.493,97 €
* Subsídios para Investimento	45.483,60 €	- €	45.483,60 €	74.345,21 €	- €	74.345,21 €
* Outros rendimentos a reconhecer	26.272,00 €	- €	26.272,00 €	74.106,56 €	- €	74.106,56 €
Total	3.223.545,49 €	- €	3.223.545,49 €	3.345.945,74 €	- €	3.345.945,74 €

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos	- €	- €	- €			
Impostos s/o rendimento	- €	- €	- €	13.495,58 €	- €	13.495,58 €
Retenções de impostos s/rendimentos	- €	- €	- €	- €		- €
* Trabalho dependente	448.450,00 €	- €	448.450,00 €	435.855,00 €	- €	435.855,00 €
* Trabalho Independente	34.355,17 €	- €	34.355,17 €	36.970,22 €	- €	36.970,22 €
* Rendimentos prediais	7.500,00 €	- €	7.500,00 €	75.000,00 €	- €	75.000,00 €
* Sobretaxa	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imposto s/valor acrescentado	25.033,81 €	- €	25.033,81 €	32.875,13 €	- €	32.875,13 €
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	812.826,25 €	- €	812.826,25 €	785.742,85 €	- €	785.742,85 €
Total Passivo	1.328.165,23 €	- €	1.328.165,23 €	1.379.938,78 €	- €	1.379.938,78 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

11.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Rubricas	31-12-2019			31-12-2018			
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Activos financeiros reexpress	Total
ACTIVOS							
Créditos a receber	2.864.524,30 €		2.864.524,30 €	3.063.504,31€			3.063.504,31€
Estado e outros entes públicos	154,21€		154,21€	- €			- €
Outros ativos correntes	818.484,38 €		818.484,38 €	781556,93 €			781556,93 €
* Devedores por acréscimo de rendimento	801919,95 €		801919,95 €	777.910,26 €			777.910,26 €
* Outros Devedores	16.564,43 €		16.564,43 €	3.646,67 €			3.646,67 €
Total Activo	3.683.162,89 €	- €	3.683.162,89 €	3.845.061,24 €	- €	- €	3.845.061,24 €

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Adiantamento Fornecedores	1.867,89 €	11.596,58 €
Total	1.867,89 €	11.596,58 €

Ativos financeiros

Descrição	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Outros activos financeiros	- €	30,91€	30,91€	- €	30,91€	30,91€
Fundo Comp. Trabalho	- €	164.473,98 €	164.473,98 €	- €	118.602,53 €	118.602,53 €
Activos Total	- €	164.504,89 €	164.504,89 €	- €	118.633,44 €	118.633,44 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Diferimentos (Ativos)

Descrição Diferimentos	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Gastos a reconhecer:						
* Seguros	64.279,61€	- €	64.279,61€	40.504,70€	- €	40.504,70€
* Licenças	16.455,78€	- €	16.455,78€	16.568,82€	- €	16.568,82€
* Outros gastos a reconhecer	34.916,62€	- €	34.916,62€	65.495,99€	- €	65.495,99€
* Gastos Hospital Escola	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	115.652,01€	- €	115.652,01€	122.569,51€	- €	122.569,51€

12. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento;
- benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;
- outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos;
- benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Gastos com Pessoal Totais	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações Pessoal	17.737.842,56 €	16.778.772,20 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3.892.445,78 €	3.681.665,66 €
Indemnizações	81.101,29 €	54.959,99 €
Outros gastos	144.516,53 €	173.450,03 €
Total	21.855.906,16 €	20.688.847,88 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Gastos com Pessoal	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações Pessoal	17.628.214,70 €	16.674.163,38 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3.869.932,81 €	3.659.805,81 €
Indemnizações	81.101,29 €	54.959,99 €
Outros gastos	144.516,53 €	173.450,03 €
Total	21.723.765,33 €	20.562.379,21 €

O número médio de trabalhadores em 2019 foram 850, sendo 3 o número de membros dos órgãos de Administração. Contudo o Presidente da Administração não auferiu qualquer remuneração.

Gastos com Órgãos de Administração	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações	109.627,86 €	104.608,82 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	22.512,97 €	21.859,85 €
Outros gastos	- €	- €
Total	132.140,83 €	126.468,67 €

13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço e até à data de autorização para emissão (presente data) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço foram refletidos nas demonstrações financeiras.

Tal como se menciona na nota 3.1. do Anexo, há a destacar a ocorrência em 2020 da pandemia da Covid-19, com graves e materiais consequências na atividade da empresa e cujo efeito financeiro não é possível estimar, devido às incertezas atuais aí apontadas.

14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2019

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31-Dez-19	31-Dez-18
Revisão legal de contas	11.000,00€	11.000,00€
Iva 23%	2.530,00€	2.530,00€
Total	13.530,00€	13.530,00€

15. Outras divulgações

15.1 Divulgação de partes relacionadas

a) Erasmo – Empreendimentos Educativos, Lda – NIF 502 227 001

Transação e saldos pendentes a 31.12.2019:

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasm, Lda	735 000.00 €	- €	- €

Em 17 de Junho de 2011 a sociedade Erasmo-Empreendimento Educativos, Lda, emprestou à Fundação Ensino Cultura Fernando Pessoa a quantia 900 000,00€. No ano de 2019 não houve qualquer transação .

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

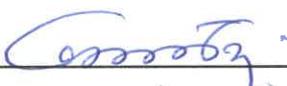
2019

15.2 Outras divulgações consideradas relevantes

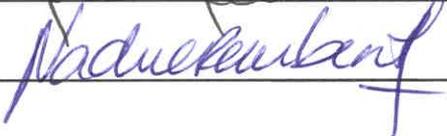
Não existem divulgações a considerar.

Porto, 22 de Junho de 2020

A Administração:







A Contabilista Certificada n.º47326:

